

- 00 /2020

Normas, Informativos, Capacitações e Julgados publicados em Junho

Dcfhafjag

Portaria n° 1516, de 09 de Junho de 2020

Autorizar o curso Ferramentas G Suite for Education, PROEN

Portaria n° 1519, de 09 de Junho de 2020

Autorizar a reprogramação de férias docentes, discentes e de servidores administrativos ligados diretamente às atividades de ensino de todos os campi

Portaria n° 1545, de 12 de Junho de 2020

Designar o servidor ocupante do cargo de Auditor, pertencente ao quadro de pessoal permanente desta Instituição Federal de Ensino, para a função de Coordenador de Execução das Ações de Controle - CAE/AUDINT, código FG-04, Reitoria.

Portaria n° 1553, de 16 de Junho de 2020

Nomear, a partir de 16/06/2020, o servidor do quadro de pessoal permanente desta Instituição Federal de Ensino, para a função de Pró-Reitor de Administração do IFS, código CD-02.

Portaria n° 1573, de 17 de Junho de 2020

Extinquir Assessoria Institucional,

Portaria n° 1598, de 17 de Junho de 2020

Cria setores subordinados a PROAD.

Portaria n° 1599, de 22 de Junho de 2020

Alterar a subordinação da Coordenadoria de Contratos e Convênios - até então ligada ao Departamento de Licitações e Contratos para a Diretoria de Licitações e Contratos - COCC/DLC/PROAD/Reitoria/IFS.

Portaria n° 1600, de 22 de Junho de 2020

Alterar subordinação hierárquica da Assessoria de Planejamento Orçamentário da PRODIN para PROAD

Portaria n° 1601, de 22 de Junho de 2020

Designa servidora do quadro de pessoal permanente desta Instituição Federal de Ensino, para a função de chefe da Divisão de Serviços - DEL/DLC, código FG-01.

Portaria n° 1602, de 22 de Junho de 2020

Designa servidora do quadro de pessoal permanente desta Instituição Federal de Ensino, para a função de chefe da Divisão de Materiais - DEL/DLC, código FG-01

Assessoria Especial do Gabinete e a Coordenadoria de Documentação – Reitoria

[Portaria nº 1576, de 17 de Junho de 2020](#)

Prorrogar o prazo de execução dos projetos de pesquisa, extensão e inovação, aprovados em editais PROPEX e DINOVE e uso do Auxílio Financeiro.

[Portaria nº 1580, de 19 de Junho de 2020](#)

Designar a servidora para a função de Procuradora Educacional Institucional - PEI, código FG-01, Reitoria.

[Portaria nº 1597, de 22 de Junho de 2020](#)

Extingue setores da PROAD e o DELC.

[Portaria nº 1603, de 22 de Junho de 2020](#)

Nomear servidor do quadro de pessoal permanente desta Instituição Federal de Ensino, para a função de Diretor de Licitação e Contratos, código CD-03.

[Portaria nº 1604, de 22 de Junho de 2020](#)

Nomear servidora do quadro de pessoal permanente desta Instituição Federal de Ensino, para a função de chefe do Departamento de Licitações - DLC, código CD-04.

[Portaria nº 1638, de 30 de Junho de 2020](#)

Nomear, a partir de 30/06/2020, o servidor do quadro de pessoal permanente desta Instituição Federal de Ensino, para a função de Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional do IFS, código CD-02.

Ccbge\ c Gi def]cf

[Resolução nº 024/2020/CS/IFS](#)

Aprova, ad referendum, o Regulamento da concessão dos auxílios e das bolsas de assistência estudantil em caráter emergencial do IFS.

[Resolução nº 026/2020/CS/IFS](#)

Aprova a reformulação do Regulamento dos Colegiados dos Cursos de Graduação no âmbito do Instituto Federal de Sergipe.

[Resolução nº 025/2020/CS/IFS](#)

Referenda a resolução nº 06/2020/CS/IFS que aprovou, ad referendum, a reformulação do Regulamento de Atividades Docentes - RAD do IFS.

[Resolução nº 027/2020/CS/IFS](#)

Aprova, ad referendum, o Regulamento de Concessão de Bolsas de Pesquisa, Extensão, Desenvolvimento, Inovação e Intercâmbio, no âmbito do IFS.

[PORTARIA Nº 541, DE 15 DE JUNHO DE 2020](#)

Autorizar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe a promover, no âmbito de sua estrutura organizacional, o funcionamento do Campus Poço Redondo

NORMATIVOS EXTERNOS

[DECRETO Nº 10.382, DE 28 DE MAIO DE](#)

2020.

gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, relativos à implementação de Programa de Gestão, de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995.

Estabelece regras e critérios para a análise paramétrica de orçamentos de obras e serviços de engenharia par

Desaverbação de Tempo de Contribuição em decorrência da Perda do Cargo. [O.](#)

[NOTA TÉCNICA SEI No 20712/2020/ME](#)

Consulta acerca dos procedimentos a serem adotados para a realização de perícias médicas durante a pandemia do coronavírus (COVID-19).

e

[ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 65, DE 29 DE MAIO DE 2020.](#)

e

[ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 67, DE 29 DE MAIO DE 2020.](#)

[ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 68, DE 29 DE MAIO DE 202](#)

INFORMATIVOS

Bchiclag

[Orientação sobre os valores limites referenciais de 2020.](#)

[SICONFI \(Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro\) - _____](#)

O amigo Marcus Braga traz em coautoria um excelente texto utilizando as tradicionais metáforas, no caso, quadrinhísticas: [A autonomia das instituições é uma questão que sempre surge nos debates da administração pública.](#)

[Plano de Intensificação do Teletrabalho nos Órgãos e Entidades Públicas.](#)

[Índice de Custo da Tecnologia da Informação \(ICTI\) - abril de 2020.](#)

[Teletrabalho pode chegar a 22,7% das ocupações nacionais, aponta estudo.](#)

e

Inovações trazidas pela Medida Provisória 961/2020 nas licitações e nos contratos administrativos, Diretrizes para o exercício do controle das contratações públicas em tempos de crise, Reflexões sobre os avanços e desafios na legislação trazidos pela Covid-19 e Contratações durante a calamidade pública: Afinal, qual regime jurídico aplicar e como compatibilizar esses regimes?

e

Contratações públicas em tempos de COVID-19: visão contextualizada da Lei 13.979/2020 e das medidas provisórias correlatas, bem como análise dos prováveis impactos da pandemia do coronavírus nos contratos em execução.

[implementadas na administração pública federal.](#)

[Profissionalização do serviço público: análise dos concursos públicos para servidores técnico-administrativos dos institutos federais.](#)

[Cadernos de Finanças Públicas, v. 1 n. 01 \(2020\): Edição Especial.](#)

[Revista da CGU v. 12, n. 21 \(2020\).](#)

Atcg

[Boletim de Jurisprudência nº 309.](#)

[Boletim de Jurisprudência nº 310.](#)

[Boletim de Jurisprudência nº 311.](#)

[Boletim de Jurisprudência nº 312](#)

[Boletim de Jurisprudência nº 313.](#)

[Boletim de Pessoal nº 79.](#)

[Informativo de Licitações e Contratos nº 390.](#)

[Informativo de Licitações e Contratos nº 391.](#)

[Informativo de Licitações e Contratos nº 392.](#)

[Informativo n. 0670.](#)

[Informativo n. 0670.](#)

[Informativo n. 0671.](#)

[Informativo n. 0672.](#)

CAPACITAÇÃO

	Fiscalização de Projetos e Obras de Engenharia	
	Controle Social	
	Controles Institucional e Social dos Gastos Públicos	
	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo	
	Gestão da Informação e Documentação - Conceitos Básicos em Gestão Documental	

	<u>Noções Gerais de Direitos Autorais</u>	
	<u>Gestão Pessoal – Base da Liderança</u>	
	<u>Desenho Instrucional</u>	
	<u>Formação de facilitadores de aprendizagem</u>	
	<u>Noções Básicas para Coordenar Cursos On-line</u>	
	<u>Um Por Todos e Todos por Um - Pela Ética e Cidadania</u>	
	<u>Ética e Serviço Público</u>	
	<u>Introdução à Libras</u>	
	<u>e-Social para Órgãos Públicos – RPPS</u>	
	<u>A Previdência Social dos Servidores Públicos: Regime Próprio e Regime de Previdência</u>	
	<u>Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira</u>	
	<u>Provas no Processo Administrativo Disciplinar</u>	
	<u>SIAPE Cadastro</u>	
	<u>SIAPE Folha</u>	
	<u>Preparação para Aposentadoria – Caminhos</u>	
	<u>Introdução ao Sistema SIGEPE – AFD</u>	
	<u>E.ACam@Públicosreit</u>	

	<u>Gestão de Riscos no Setor Público</u>	
	<u>Gestão em Ouvidoria</u>	
	<u>Resolução de Conflitos Aplicada ao Contexto das Ouvidorias</u>	
	<u>Tratamento de Denúncias em Ouvidoria</u>	
	<u>Mapeamento de Processos de Trabalho com BPMN e Bizagi (ISC-TCU).</u>	
	<u>Defesa do Usuário e Simplificação</u>	
	<u>Sistema Eletrônico de Informações - SEI USAR</u>	
	<u>Governo Aberto</u>	
	<u>Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais</u>	
	<u>Acesso à Informação</u>	
	<u>Elaboração de Dados de Planos Abertos</u>	
	<u>Criatividade e Novas Tecnologias no Serviço Público</u>	
	<u>Ações Inovadoras da CGU</u>	
	<u>Curso Básico de Licitações - Enfrentando (e vencendo) tabus</u>	
	<u>Formação de Pregoeiros</u>	
	<u>Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos</u>	
	<u>Logística de Suprimentos - Lei nº 8.666/93, Pregão e Registro de Preços</u>	
	<u>Noções Introdutórias de Licitação e Contratos Administrativos</u>	
	<u>Regras e Fundamentos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).</u>	
	<u>Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público (ILB).</u>	
	<u>Contratações Públicas (ILB).</u>	
	<u>Básico em Orçamento Público</u>	

	<u>Introdução ao Orçamento Público</u>	
	<u>Principais Aspectos das Mudanças da Contabilidade</u>	

executadas;

9.3.3. utilizando o plano de gestão de riscos, estabeleça monitoramento da evolução da pandemia e de seus efeitos sobre as políticas públicas cuja a formulação ou execução estejam a cargo do BNDES, de modo que sejam ajustadas e direcionadas ao público mais impactado, de forma a minimizar as consequências da crise e a ampliar o benefício dos recursos públicos empregados, mitigando os riscos avaliados como aceitáveis, em um primeiro momento, a exemplo do risco de concessão do benefício a empresas não impactadas pela pandemia;

e

[ACÓRDÃO Nº 1557/2020 – TCU – Plenário.](#)

9.2. recomendar ao Ministério da Economia, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III, do RI/TCU, c/c art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que oriente os demais órgãos da administração federal, dentro de suas competências como órgão de administração orçamentária, financeiro e tributária, no sentido de que todas as medidas adotadas, em linha com as regras estabelecidas pela Emenda Constitucional 106/2020, devem ser devidamente acompanhadas de justificativa de que a despesa ou a renúncia tributária possua relação com a Covid-19 ou suas consequências econômicas e sociais, bem como que seja demonstrada a incompatibilidade do regime regular com a urgência da medida;

Fontes:

[IFS](#)

[Ementário de Gestão Pública - EGP](#)

[Escola Virtual Gov - EVG](#)

[Instituto Legislativo Brasileiro - ILB](#)

Unidade de Auditoria Interna do IFS

"Aqui s faz com rol pr v n ivo!"



This email was sent to [*|EMAIL|*](#)
[why did I get this?](#) [unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)
|LIST:ADDRESSLINE|

|REWARDS|

